

BLOCO HISTÓRICO, CRISE ORGÂNICA, E EMERGÊNCIA DO NOVO POVO BRASILEIRO

Raúl Burgos

Universidade Federal de Santa Catarina UFSC/SC

Observações iniciais

No trabalho a que o leitor ora tem acesso, são delineadas algumas questões levantadas no Seminário comemorativo IGS/B que motiva a edição do presente livro. Pela própria natureza do seminário, convocado sob a urgência colocada pelo golpe institucional em curso no país, a elaboração do texto implicou um deslocamento do trabalho teórico “programado” para entrar na complexa seara da análise de conjuntura. Trata-se, portanto, de uma elaboração em curso, na forma de hipóteses de trabalho que requerem precisões, complementações e argumentações certamente mais rigorosas. Espero poder consolidar estas argumentações em trabalho posterior.

No trabalho são levantadas duas questões centrais, que gostaria de colocar desde já, embora antecipe os resultados do trabalho:

a) por um lado, explicitar de que se trata, no caso brasileiro, quando se fala em “crise orgânica”: em meu ponto de vista, trata-se da crise de um “bloco histórico” específico, aquele que surge com os acontecimentos de 1930, resultando primeiramente no pacto social varguista e constituído paulatinamente como “projeto nacional-desenvolvimentista”, modelo societário para 20% da população, ficando uma parte substancial da sociedade no estado de um verdadeiro “apartheid” racial e social (Jessé Sousa, 2015) ou, na avaliação de Werneck Vianna (2004, p. 48), uma sociedade com “a grande maioria ainda retida, e sob condições de dependência pessoal, nos latifúndios”. Esse bloco entra em crise radical no final dos anos 70. Estamos falando da “crise orgânica” desse bloco.

b) Se o bloco nacional-desenvolvimentista era um projeto societário que podia envolver parcialmente a população urbana (a sociedade dos 20%), deixando a maioria da população brasileira sob o domínio do patriciado rural, com uma parte substancial dessa maioria em regime de “apartheid”, esse projeto só podia fazer-se “simbolicamente” universal, e o fez apelando ao mito “povo brasileiro”, como veremos posteriormente fazendo referência ao trabalho de Jessé Sousa. Essa construção simbólica do “povo” entra em crise junto com o bloco histórico do qual era instrumento e começa o longo processo de constituição de um “novo povo brasileiro”. É justamente o modo e o caráter da constituição dessa nova subjetividade histórica o que está em jogo no processo de golpe institucional contra o governo da presidenta Dilma Rousseff.

Toda análise de conjuntura é uma arte difícil: por um lado, trata-se de um “diagnóstico” hiper-complexo (“a análise concreta da situação concreta”) do qual se espera seja o mais acertado possível. Mas não se pode escapar ao fato de ser uma “interpretação” específica do quadro de situação; no caso em pauta, de um país “em crise” chamado Brasil. Porém, como sabemos, nenhuma interpretação é “neutra”: depende da posição do intérprete, que sempre é parcial e adere a um ou outro projeto de país. Por isso ninguém faz “análise de conjuntura” senão pensando na “ação política” numa ou noutra direção. Isto é: análise, projeto e ação política estão intimamente relacionados, e no caso de nossa situação hoje, esta conjuntura nos coloca no limite da complexidade, na qual inclusive dentro de um marco restrito como o do pensamento gramsciano.

diversas interpretações “gramscianas” se encontram em pugna, inclusive dentro do seminário que serve de motivo para esta publicação.

Para esta tarefa hoje, eu me coloco sob o amparo de alguns autores distantes e distintos:

- a) Para um conjunto de categorias que nos permita organizar a análise, vou “invocar” o quadro teórico construído por Antonio Gramsci. Sobre a pertinência desse uso, lembro aqui uma observação de Chico de Oliveira num artigo que vou mencionar novamente mais à frente no qual o autor afirma: “A perspectiva para o futuro requer uma reflexão gramsciana” (Oliveira, 2010, p. 24). Concordo.
- b) Em segundo lugar, pretendo trazer elementos de um livro incisivo, um trabalho crítico extraordinário sobre sociedade brasileira – altamente “gramsciano”, na minha opinião, embora escrito por um autor da escola de Bourdieu que bebe no pensamento de Weber –, e fundamental para a compreensão de nossa realidade atual: trata-se do livro “*A tolice da inteligência brasileira*” (2015), do sociólogo Jessé Souza.
- c) Finalmente, vou introduzir muito rápida e superficialmente na discussão algumas categorias da obra do filósofo político argentino Ernesto Laclau, sobretudo a partir de seu livro “*A razão populista*” (2005; 2013 na edição brasileira).

Alguns conceitos centrais: “Bloco histórico”, “Movimentos orgânicos” e “movimentos conjunturais”, “Crise” (do bloco histórico). Hegemonia. Revolução passiva.

Indo para os temas propostos na introdução e tentando apontar para uma preliminar caracterização da crise que vivemos (possivelmente muito pouco para a gravidade dos temas envolvidos), pretendo utilizar alguns conceitos centrais da análise gramsciana, centralmente: os conceitos “bloco histórico” (e seu correlato, “crise do bloco histórico”), “movimento orgânico” (e seu correlato “movimentos de conjuntura”), o conceito de “revolução passiva” e, sobretudo, o conceito de “hegemonia”.

Não é objetivo deste trabalho “discutir” os conceitos mencionados, que são foco de uma vasta literatura na esfera do pensamento gramsciano. Pretendo utilizar esses conceitos a partir de algumas interpretações possíveis, sempre em disputa com outras igualmente legítimas (embora, obviamente, nem todas devam ser respostas “corretas”). Se, possivelmente, não há um único conceito nas ciências sociais que não seja objeto de uma permanente disputa pelo seu sentido a partir de correntes interpretativas diversas, de construção de novos sentidos, de rearticulações de sentidos, desta batalha não escapa, como já assinalamos, o âmbito do pensamento gramsciano, no qual vivemos uma intensa e permanente disputa entre correntes teóricas gramscianas diversas pela interpretação e projeção histórica dos seus conceitos principais.

Em primeiro lugar, o conceito de “Bloco histórico”. Trata-se, na minha consideração, de um dos conceitos centrais em termos da Filosofia Práxis¹. Mediante esse conceito (oriundo, como se sabe, da elaboração teórico-política de Georges Sorel) Gramsci coroa sua crítica das “incrustrações” no pensamento

¹Não posso me deter aqui no desenvolvimento do meu argumento; simplesmente indicar que, se não há no âmbito do pensamento marxista problema epistemológico mais complexo e fundamental que aquele da “determinação”, neste ponto crucial o conceito gramsciano de “Bloco histórico” vem a produzir uma solução de particular relevância, superando o momento da “separação” e captando de um modo particular o momento da “unidade orgânica”.

marxista do determinismo mecanicista, superando a fragmentação contida na “metáfora da base e da superestrutura” (a “metáfora do edifício”, na intervenção de Althusser), e orienta a pensar em forma “totalitária”, dialética, (*holística*, como poderia ser denominada hoje nos marcos do chamado *pensamento da complexidade*, do qual Gramsci pode ser considerado um fundamental precursor com a elaboração da Filosofia da Práxis), a “unidade orgânica” entre estrutura e superestrutura.

No seu uso no âmbito do pensamento político, como indica Giuseppe Staccone (1987, p. 16) num texto bastante singular na difusão brasileira de Gramsci², o comunista sardo

introduz na *análise histórico-materialista* da sociedade o conceito de “bloco histórico”, com o qual se define *uma situação social concreta*, formada de uma estrutura econômica, vinculada dialética e organicamente às superestruturas: jurídico-política e ideológica” (...). Com a compreensão das complexas articulações do bloco histórico, Gramsci enriquece sobremaneira a análise marxista da sociedade, superando o simplismo economicista... (Grifos: RB)

Em palavras do próprio Gramsci, polemizando com o modo de ver a história de Croce, que prescindia do conceito em questão, no conceito de bloco histórico “conteúdo econômico-social e forma ético-política se identificam concretamente *na reconstrução dos vários períodos históricos* (Q. 10, § 13; CC V1, p. 308). Justamente na sua capacidade de análise das situações históricas concretas, de ajudar na “reconstrução de um período histórico”, pretendo utilizar o conceito neste texto, sublinhando especialmente a capacidade do conceito de apontar para os elementos que ajudam a compreender “a vida do conjunto”, a unidade do sistema social, e as particularidades da “solda” que permite a constituição do bloco. Neste sentido, numa passagem essencial dos Cadernos, incisivamente denominada “passagem do saber ao compreender, ao sentir, e, vice-versa, do sentir ao compreender, ao saber”, indica Gramsci:

Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, e dada graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivida), só então a relação e de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é força social; cria-se o “bloco histórico”. (Gramsci, 2000, p. 222; Q 11, § 67)

É esta ideia de constituição do “bloco histórico”, fundada nessa “adesão orgânica” afetiva de grande massa da população a que quero sublinhar no texto.

Outro par de conceitos fundamentais para a análise que quero propor é aquele que Gramsci trata como “movimentos orgânicos” e “movimentos conjunturais”.

No estudo de uma estrutura, devem-se distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de conjuntura (e que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais). Também os fenômenos de conjuntura dependem, certamente, de movimentos orgânicos, mas seu significado não tem um amplo alcance histórico: eles dão lugar a uma crítica política miúda, do dia-a-dia, que envolve os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder. Os fenômenos orgânicos dão lugar à crítica histórico-social, que envolve os grandes agrupamentos, para além das pessoas imediatamente responsáveis e do pessoal dirigente. Quando se estuda um

²O texto foi publicado pelo Centro Pastoral Vergueiro, hoje “Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro”, fundado em 1973 a partir de uma iniciativa “dos frades dominicanos na região sudeste de São Paulo”, como se lê no site da entidade (<http://www.cpvsp.org.br/cpv.php>), e indica uma das múltiplas apropriações do pensamento de Gramsci por setores progressistas da Igreja Católica. O tema dessa apropriação de Gramsci na América Latina (por exemplo, por parte dos padres jesuítas na América Central) ainda carece de pesquisas abrangentes.

período histórico revela-se a grande importância dessa distinção. Tem lugar uma crise que, às vezes, prolonga-se por dezenas de anos. Esta duração excepcional significa que se revelaram (chegaram à maturidade) contradições insanáveis na estrutura e que as forças políticas que atuam positivamente para conservar e defender a própria estrutura esforçam-se para saná-las dentro de certos limites e superá-las. (Gramsci, 2000, p. 36-37; Q 13, § 17)

É na relação entre movimento orgânico e bloco histórico que pode ser pensada adequadamente a “crise de longa duração” que revela as “contradições insanáveis na estrutura” que se encontram no centro da crise política em curso no Brasil. Neste sentido, é fundamental levar em conta a seguinte advertência de Gramsci:

O nexos entre as duas ordens de movimento e, portanto, de pesquisa dificilmente é estabelecido de modo correto; e, se o erro é grave na historiografia, mais grave ainda se torna na arte política, quando se trata não de reconstruir a história passada, mas de construir a história presente e futura. (Gramsci, 2000, p. 38; Q 13, § 17)

A partir desses elementos e da observação de Gramsci sobre o fato de que “a distinção entre ‘movimentos’ e fatos orgânicos e movimentos e fatos de ‘conjuntura’ ou ocasionais deve ser aplicada *a todos os tipos de situação* (Gramsci, 2000, p. 37; Q 13, § 17; Grifos: RB), e considerando o alerta gramsciano segundo o qual “o erro em que se incorre frequentemente nas análises histórico-políticas consiste em não saber encontrar a justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional” (Gramsci, 2000, p. 38; Q 13, § 17), podemos começar a alinhar elementos da conceptualização gramsciana em torno da “Crise”. Nesta direção considero conveniente avançar na precisão do conceito, trazendo ao texto a seguinte posição de Staccone no texto já citado:

A crise conjuntural é um fenômeno interno do bloco histórico e tem origem no conflito entre os vários grupos sociais dominantes em disputa para reequilibrar o poder econômico-político a favor de um ou de outro. Os grupos subalternos estão excluídos da dinâmica desta luta, mesmo que sejam envolvidos como massa de manobra.

A crise orgânica gera-se do conflito entre as classes fundamentais, isto é, a burguesia e o proletariado, e dá margem à crítica histórico-social, que – superando as pessoas dirigentes – atinge as próprias instituições. A crise orgânica é possível só quando as classes subalternas estão organizadas e em disputa com a classe dominante pela hegemonia intelectual-moral e política. A crise nasce da incapacidade concreta da classe que detém o poder político de resolver os problemas da coletividade. Esta situação é desgastante e mina a sua capacidade de direção, colocando em crise a sua hegemonia. (STACCONE, 1987, p. 46).³

³Portantiero (1977, p. 58) assinala quatro possíveis saídas à crise em Gramsci: 1) Se as relações de forças sociais e os instrumentos políticos estão conformados, pode conduzir a uma “revolução das classes subalternas”; 2) Se as condições sociais são adversas às classes subalternas, pode levar à “reconstrução pura e simples do controle que tinham os antigos representantes das classes dominantes”; 3) A resposta pode ser uma saída de tipo “transformista”, isto é, “la capacidad que las clases dominantes poseen para decapitar a las direcciones de las clases subalternas y para integrarlas a un proceso de revolución-restauración...”; no limite, uma solução de tipo fascista; 4) Se nenhuma força social está ou se considera apta para assumir a condução de uma saída à crise, pode conduzir ao “cesarismo”; Staccone, expõe uma tipologia semelhante à de Portantiero, mas acrescenta uma alternativa que escapa ao gramsciano argentino, e que pode ser de extrema relevância nas circunstâncias atuais do Brasil. Diz o autor: “Seria, no entanto, um erro de método (um aspecto de mecanicismo sociológico), alerta Gramsci, concluir que todo enfrentamento equilibrado entre forças fundamentais antagônicas leva necessariamente a soluções de tipo cesarista. É preciso examinar atentamente a modificação das relações (...) entre grupos principais da classe fundamental e as forças auxiliares por eles guiadas ou submetidas a sua influência hegemônica. Típico exemplo é o caso Dreyfus. Naquela situação histórica francesa, os elementos mais progressistas da classe dominante, aliando-se aos reformistas socialistas urbanos, contra os elementos ligados ao campo, frustraram a tentativa dos elementos mais reacionário de instalar um regime cesarista, dando vida a um movimento relativamente progressista” (Staccone, 1987, p. 48) O tema caso Dreyfus pode ser interessante para nós devido à circunstância de que se caminha neste dias a consumação do golpe de estado “branco” que levaria, não apenas à cassação do mandato legítimo da presidenta Dilma mediante uma flagrante

Há uma evidência imediata na conjuntura: vivemos uma “crise” de proporções e a caracterização do que seja esta crise está em disputa. A configuração da atual crise brasileira é de tal modo multifacetada que seria arriscado querer estabelecer uma definição pristina de seus contornos, causas, determinantes, etc. Há fartas evidências (e certos consensos entre nós) de que esta crise não é uma “crise de conjuntura”, ainda sabendo que as próprias crises de conjuntura podem ser de “graus geológicos”, como a que vivemos a partir de 2008, expressando movimentos telúricos mais profundos nas fundações do capitalismo global, na qual a crise de conjuntura soma sua onda à crise mais profunda, produzindo estragos inesperados.

Por ser assim, o título deste seminário parece ser auto-evidente: trata-se de uma “crise orgânica”. Contudo, torna-se necessário explicitar: de que se trata, no caso brasileiro, quando se fala em “crise orgânica”? Essa é a pergunta sobre a qual pretendo esboçar alguma resposta, retomando a ideia de “movimento orgânico”, lembrando o ensinamento gramsciano ao tratar a revolução francesa como um grande movimento orgânico entre 1789 até 1871; movimento orgânico com movimentos cíclicos internos conjunturais, complexos em si mesmos: a saga da revolução até o golpe de Estado de 18 de brumário, Napoleão, a restauração, a revolução de 48, Luís Bonaparte, a comuna de Paris. Um movimento orgânico que começa quando a burguesia derrota as *velhas* classes e termina quando derrota os desafios embrionários da *nova* classe, o proletariado – uma orientação metodológica que eu gostaria de levar em conta para pensar a questão da crise no Brasil.

Neste sentido, me remeto a uma tradição do pensamento marxista no Brasil, de ver um início de um movimento orgânico vinculado a um bloco histórico específico em torno dos acontecimentos dos anos 30. O nascimento do bloco nacional-desenvolvimentista com o pacto varguista e as diversas caracterizações daquilo que seria considerado como uma longa etapa que realiza um conjunto de transformações que no seu conjunto configuram a “modernização (ou ‘revolução’) burguesa” no Brasil. Nessa configuração social temos um desenvolvimento econômico capitalista fundado – e neste conceito quero remeter ao texto de Jessé Souza (2015) – em um verdadeiro “apartheid” que é racial e social; se o pacto varguista direcionou-se para um 20 por cento, o 80 por cento fica lá, do outro lado, nos porões invisíveis do “bloco agrário” de cunho servil ou, mais precisamente, escravocrata, persistente e atuante na sociedade brasileira, sob a condução do “bloco nacional-desenvolvimentista”. Podemos fazer uma imagem de uma pirâmide que tem 80% da população submersa (ou “excluída invisivelmente”) sob o domínio das elites agrárias, com o pacto varguista alcançando os grupos urbanos que efetivamente eram atendidos parcialmente em suas reivindicações, com conquistas históricas como a CLT e o conjunto de legislação trabalhista. Fatos conhecidos. O que quero enfatizar é a ideia de que esse movimento orgânico (e o bloco histórico vinculado a ele) se esgota em algumas de suas determinações fundamentais no fim dos anos 1970, e esse sistema social complexo, esse

violação da carta constitucional, mas, com uma consequência que tem sido pouco discutida: a cassação do mandato presidencial traz imediatamente a perda dos direitos políticos da cidadã Dilma Roussef por 8 anos, por um crime que não cometeu, sendo de fato *inocente* em relação ao crime apontado. Isto é, elementos básicos de um “caso Dreyfus”, de violação dos mais elementares princípios liberais. De fato, a Carta da presidenta “ao senado e ao povo brasileiro”, de 16 de agosto de 2016, destaca o fato de tratar-se de um “processo injusto e ilegal desencadeado contra uma pessoa honesta e inocente”. De fato, tem surgido um importante movimento de apoio à cidadã Dilma Roussef, muito visível no campo da cultura, que poderá jogar um papel relevante nos próximos capítulos do drama político brasileiro.

bloco histórico entra em crise radical nos anos 80. Da “crise orgânica” desse bloco estamos falando; uma crise que se prolonga até os dias de hoje.

O “êxodo” como estratégia espontânea da classes subalternas e a crise do bloco fundado no “apartheid” racial e social.

Essa configuração societária começa a definhando nos anos 70 não apenas porque tenha esgotado a sua potencialidade econômica, mas também, e fundamentalmente, porque no fim dos anos 70 uma parte substancial daquela massa invisibilizada se torna visível como resultado da “estratégia espontânea do êxodo”⁴, ocorrida desde os anos 40 até os 70, que inverte a pirâmide populacional cidade-campo e nos conduz aos anos 80 com uma população 70% urbana com aquela paisagem de “excluídos urbanos” que caracteriza o país, com todas as suas contradições, misérias, mas também grandezas, expressando-se no lento surgimento de novos sujeitos históricos que colocam um novo projeto de sociedade na arena política⁵.

As lutas sociais nos anos 80 são uma manifestação explícita dessa crise: um movimento social renovado, novas instituições, novas articulações, novos partidos que colocam em xeque um modo de organizar a vida social: as classes dominantes não podem governar como até então e as classes dominadas começam a não mais admitir serem governadas como até então.⁶

“Crise do bloco”. Os anos 80: intensas lutas sociais para dar uma ou outra saída à crise.

Nos momentos finais da ditadura militar, nas ruas se expressava um imponente movimento social e político, embora nas entranhas do sistema político se consumava, ao mesmo tempo, uma reação conservadora: derrota das diretas, constituinte a partir do parlamento conservador eleito em 1986 e não “exclusiva”; processo constitucional configurado como resultado de uma “transação conservadora”, na consideração de Florestan Fernandes (1989); fraude eleitoral de 1989. Neste sentido, eu acho pertinente usar a figura daquelas grandes lutas sociais como um trem em alta velocidade amortecido e freado finalmente

⁴Uso essa expressão no sentido que Hardt e Negri (2005 e 2006) a usam para referir-se às massas humanas que escapam do mundo subdesenvolvido e se dirigem aos centros do poder. Aplicado àquele fenômeno no Brasil, esta é uma perspectiva de interpretação que considero adequada desde o momento que foca o processo sobre a lógica da história das classes subalternas. O movimento de massas que representa esse êxodo populacional é de fato uma extraordinária epopeia das classes subalternas brasileiras, de natureza heroica de massas, mediante a qual uma parte substancial da população rompe as cadeias que a amarravam dos mais diversos modos às oligarquias agrárias e se lança a uma nova saga de exploração e sofrimentos indizíveis nas periferias das grandes cidades. Sem nenhum tipo de ufanismo revolucionário, esta perspectiva, ao colocar em relevo a dinâmica das classes subalternas e não o fato econômico bruto, permite perceber na história dessas classes um elemento erosivo do bloco histórico nacional-desenvolvimentista sustentado em grau expressivo no apartheid racial e social.

⁵Encontramos um retrato das contradições do universo complexo das favelas brasileira no livro: “Um país chamado favela”, de MEIRELLES, Renato; ATHAYDE, Celso. São Paulo: Edita Gente, 2014.

⁶Neste ponto, creio que seja necessário fazer uma advertência não trivial, cheia de complicações teóricas. É fundamental não confundir “bloco histórico” com formação econômico-social: uma FES pode se “desenvolver” (de fato é o que temos de mais evidente) organizando-se sucessivamente em blocos históricos que expressam diversas fases das relações orgânicas entre estrutura e superestrutura. A formação econômico-social capitalista no Brasil passou por algumas fases identificáveis, com a formação de blocos históricos específicos: além das formas mercantilistas proto-capitalistas na etapa do escravismo colonial, o bloco de transição na Primeira República até a formação do bloco nacional-desenvolvimentista entre os anos 30 e os anos 70. Vivemos a crise desse bloco, sem significar isto que se encontra em pauta a própria formação social capitalista como sistema. Em todo caso, a ação política das forças anticapitalistas deve dirigir-se para empurrar a solução da crise orgânica desse bloco histórico para além da formação social capitalista.

no final dos anos 80, frustrando parcial e temporariamente as lutas do povo brasileiro.

O resultado medíocre do processo constitucional (certamente outra experiência de “revolução passiva” na longa lista que acumulamos no Brasil) é emblemático, na minha opinião, daquela frustração. Embora posteriormente tenha prevalecido uma leitura ufanista acrítica da Constituição de 88, superlativando o alcance de seus avanços,⁷ o então Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva (1988), na sessão de 22 de setembro de 1988, expressava o seguinte na Assembleia Constituinte:

O Partido dos Trabalhadores (...) chegou à conclusão de que houve alguns avanços na Constituição (...) mas foram avanços aquém daquilo que a classe trabalhadora esperava que acontecesse aqui, na Constituinte (...).

Algumas conquistas consideradas importantes não passaram, nem sequer de perto, para que a classe trabalhadora pudesse ter o sabor e o prazer de festejar essas conquistas. Sobre a questão da reforma agrária, esta Assembleia Nacional Constituinte teve o prazer de dar aos camponeses brasileiros um texto mais retrógrado do que aquele que era o Estatuto da Terra, elaborado na época do Marechal Castello Branco. (...) O latifundiário brasileiro deve estar festejando, juntamente com o Sr. Ronaldo Caiado, a grande vitória dos proprietários de terra.

Poderíamos mencionar, ainda, (...) que mais ou menos 200 artigos serão regulamentados por legislação ordinária ou lei complementar (...) Todos nós, Constituintes, sabemos perfeitamente bem que na elaboração das legislações complementar e ordinária teremos um trabalho insano tanto quanto o foi o desta Constituição.

Sabemos que é necessário um trabalho insano de arregimentação do movimento popular. Sabemos que é necessário um trabalho insano de arregimentação do movimento sindical, dos partidos políticos progressistas, para que possamos manter a sociedade permanentemente pressionando o Congresso, para que ele possa regulamentar a legislação em benefício da classe trabalhadora brasileira.

E o Partido dos Trabalhadores (...) entende que, mesmo havendo avanços na Constituinte, a essência do poder, a essência da propriedade privada, a essência do poder dos militares continua intacta nesta Constituinte. Ainda não foi desta vez que a classe trabalhadora pôde ter uma Constituição efetivamente voltada para os seus interesses. Ainda não foi desta vez que a sociedade brasileira, a maioria dos marginalizados, vai ter uma Constituição em seu benefício.

Contudo, o próprio regime constitucional, a pressão das lutas e novas instituições sociais colocaram a batalha política num novo patamar: da “ditadura sem hegemonia” a “regimes hegemônicos”, com luta intensa pela condução do processo sob a égide inalterada das elites econômicas “reformuladas” nos anos da ditadura e das lutas transicionais.

Nos anos 90, a aliança neoliberal-conservadora, seja aquela do governo Collor ou aquela finalmente capitaneada pelo PSDB não conseguem sequer esboçar a configuração de um novo bloco histórico que substitua a crise do bloco nacional desenvolvimentista. Esse acordo político (de fato a fase embrionária de um novo bloco político e social de direita que se constituirá plenamente como reação aos governos petistas) não consegue quebrar o *apartheid racial e social*, apesar de torrar o patrimônio estatal obtido no processo das privatizações das empresas estatais (a “Privataria Tucana”, como a chamou Amaury Ribeiro Jr., 2011). Neste sentido, os governos FHC não conseguiram nem arranhar uma agenda que incorporasse as

⁷Florestan Fernandes (1989) escreveu páginas críticas memoráveis na avaliação desse processo, que seguramente deveremos revisar em futuro próximo. De fato, na apresentação do livro de Paulo Abrão e Tarso Genro sobre o tema o cientista político Juarez Guimarães (2012, p. 11) adverte sobre “os quase dogmas de uma avaliação que, certamente, sustentam boa parte da ciência política acadêmica que se faz em nosso país: a de que tivemos historicamente uma experiência bem sucedida de uma transição pactuada para a democracia, na qual os custos políticos foram minimizados e as vantagens progressivas da democracia foram elevadas. Essa narrativa da história recente das últimas décadas brasileiras, que faz da transição conservadora para a democracia a sua gênese, tende a ser crescentemente posta em questão”. Ainda bem.

reivindicações do “novo povo” que começa a se manifestar nos anos 1980.

Os anos 1990 foram também o terreno histórico de uma extraordinária expansão e influência do Partido dos Trabalhadores e do desenvolvimento daquilo que, no documento do seu Primeiro Congresso, em 1991, coloca-se como estratégia política desse partido: “o papel central da disputa de hegemonia” (PT, 1991, p. 36). No final dessa década, o grupo hegemônico do PT toma uma decisão que representou uma jogada política de risco: a decisão de tentar *governar sob hegemonia dos grupos econômicos e midiáticos dominantes*. O movimento final dessa decisão foi a famigerada “Carta ao povo brasileiro”, e seu resultado geral foi o início da era dos governos petistas em janeiro de 2003, sobre cujos desígnios alertou o ex-presidente Lula diversas vezes: “nós não fizemos nenhuma revolução, ganhamos uma eleição” (Por exemplo: Lula, 2006: Discurso no dia 20 de outubro).

As discussões sobre o caráter dos governos petistas e a origem da crise atual.

Dagnino, Olvera e Panfichi (2006, p. 43), num texto fundamental para a discussão do que designam como a “construção democrática na América Latina”, assinalam a presença de três grandes projetos políticos em disputa no início do novo século: “projetos autoritário, neoliberal e democrático-participativo”. Os governos do PT representam, sem dúvida, a ascensão ao governo do país de um projeto “democrático-participativo”. Gastaremos ainda toneladas de papel discutindo o caráter, o significado e os resultados históricos desses governos. Da perspectiva preliminar elaborada neste texto, os governos petistas mostraram, de forma diversa dos governos de FHC – embora precária e superficialmente, e de maneira conservadora –, *as possibilidades da emergência* de uma nova hegemonia e de um novo bloco histórico, como aprofundamento do projeto democrático-participativo.

Numa perspectiva similar à dos autores acima citados, Jessé Souza indica que a luta entre projetos sócio-políticos se configuraria da seguinte maneira:

Na verdade, trata-se da luta entre dois projetos históricos para o Brasil, oportunidade esta que se abriu com a industrialização brasileira comandada por Getúlio Vargas a partir de 1930: ou bem o Brasil se transforma em uma sociedade de consumo de massas e inclui a maior parte de sua população; ou o país mantém intactas todas as estruturas de privilégio e se constitui em uma sociedade de consumo para 20% da população (...). É esse embate entre um projeto de *apartheid* excludente e outro um pouco mais inclusivo que reflete a história política do Brasil moderno. O problema maior é que o Brasil que hoje nos domina tanto no dia a dia da economia e da sociedade quanto na vida da inteligência é o que foi gestado em 1964 e consolidado nos anos 1990 do governo FHC. (Souza, 2015, p. 246)

Neste sentido, “o modelo alternativo, ao contrário, representa o anseio das forças derrotadas em 1964 por uma sociedade mais inclusiva”. Este, segundo o autor, foi o modelo que

vingou na esfera política nos últimos doze anos ainda que longe de possuir a hegemonia na esfera pública que constrói a “opinião pública” e, portanto, não detém o efetivo controle da prática econômica e social. Afinal, existem limites claros para um Estado reformador em meio a uma sociedade conservadora. Ainda que este segundo modelo tenha conseguido incluir, de modo precário e instável, outros 20% adicionais da população no mercado de consumo e reduzido formas extremas de miséria material, seu desenvolvimento se deu de modo errático, incompleto, sem efetivo planejamento e ao sabor das conjunturas. (Souza, 2015, p. 246)

Neste ponto se coloca o debate sobre a caracterização dos governos petistas mediante o uso do conceito de “hegemonia” e de “revolução passiva” que quero comentar brevemente, sem poder entrar na argumentação teórica que seria necessária dada a complexidade do tema.

A primeira discussão de porte sobre a caracterização dos governos petistas foi possivelmente aquela trazida por Chico de Oliveira com a ideia de “hegemonia às avessas”, num artigo primeiramente escrito para a revista *Piauí* em 2007 e depois incluído num livro com o mesmo nome, no qual se encontra o resultado geral de um seminário realizado em 2008. Imediatamente depois do artigo de Chico de Oliveira se encontra no livro o artigo de Carlos Nelson Coutinho, provocativamente denominado “A hegemonia da pequena política”.

Segundo Chico de Oliveira (2010, p. 25), a experiência dos governos petistas “trata-se de um fenômeno novo, que exige novas reflexões. Não é nada parecido com qualquer das práticas de dominação exercidas ao longo da existência do Brasil”. Oliveira (Oliveira, 2010, p. 24) sugere provocativamente a ideia de “hegemonia às avessas” (referindo-se no lugar da citação à situação da África do Sul pós-apartheid) para expressar o fato de que, “enquanto as classes dominadas tomam a ‘direção moral’ da sociedade, a dominação burguesa se faz mais descarada”. Segundo Carlos Nelson Coutinho (2010, p. 31), tratar-se-ia de “hegemonia da pequena política”,⁸ baseada no “consenso passivo”, e aventa a possibilidade do uso da ideia de “contrarreforma” como característica de toda a época neoliberal, mas com referência evidente também ao Brasil.

Obviamente, trafega junto nesta discussão o conceito de Revolução Passiva sobre o qual é fundamental a referência à intervenção de Luiz Werneck Vianna sobre o fato de que “a transição política do autoritarismo à democracia reabre, em condições novas, a agenda da revolução passiva” (VIANNA, 2004, p. 53), podendo, portanto, pensar-se o fenômeno como mais um caso, embora complexo, de “revolução passiva”. De fato, Vianna (2004, p. 101), argumenta sobre o que denomina a “tipologia gramsciana sobre processo de revolução passiva” indicando que “é a presença ativa do portador da antítese, mesmo que derrotado, o que singulariza uma forma atrasada de uma forma avançada”. Neste sentido, “o ator subordinado pode ser ativo” num processo de revolução passiva, o que poderia colocar a experiência dos governos petistas em algum ponto do espectro “avançado” de revolução passiva.

Creio que a discussão do fenômeno sobre o argumento da revolução passiva seja altamente promissor e merece uma longa discussão que não é possível desenvolver aqui, sobretudo porque temos uma vasta bibliografia para mobilizar.⁹ Sem dúvida a falta desta discussão é uma fragilidade deste texto.

⁸Grande política (alta política) e pequena política (política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política. Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo à pequena política. (GRAMSCI, 2000, p 21; Q 13, § 5)

⁹Apenas para não deixar o tema sem um mínimo esboço, gostaria indicar que, além do tratamento da questão no próprio Gramsci, e alguns autores de impacto sobre a discussão brasileira como Christine Buci-Glucksmann (1978) Franco de Felice (1978), Pasquale Voza (2009), Dora Kanoussi e Javier Mena (1985) e Peter Thomas (2009). Sobre a discussão especificamente brasileira, a discussão deveria incluir alguns textos básicos, partindo do tratamento dos argumentos de Werneck Vianna. Na mesma direção de Vianna, e desenvolvendo alguns dos seus argumentos, os textos de Marco Aurélio Nogueira (1998) e Alberto Aggio (1998 e 1999). Numa outra linha interpretativa, deveria tratar dos textos de Carlos Nelson Coutinho (2000 a e b), Álvaro Bianchi (2006; 2008), e Ruy Braga (1996, 2010). Desde minha perspectiva, creio que o fenômeno poderia ser estudado –evitando qualquer tentação de tornar “programático” o conceito–, e brincando com a posição de Chico de Oliveira, como “revolução passiva às avessas”, indicando processo de transformação pelo alto, que não parte das classes dominantes, mas são produto da ocasional e contingente ascensão

Considero, todavia, que o conceito chave nesta discussão seja o de *hegemonia*. Neste sentido, devo expressar minha discordância com o eixo dessa discussão em torno à ideia de “hegemonia às avessas”. Eu acho que nunca deixou de reger a hegemonia da elite das classes oligárquicas, financeiras e industriais criadas no bloco anterior. A Constituinte como “colchão das lutas” e seu produto – a Constituição de 88 – configuram, como dito, uma forma de revolução passiva, e os governos Collor e FHC representaram uma contrarreforma neoliberal sob a égide da hegemonia da elite dominante. E, neste sentido, a ideia de “hegemonias avessas” para expressar que teria havido um breque na hegemonia constituída – com a emergência de uma certa forma de “hegemonia petista” – parece ser um erro. A hegemonia das classes dominantes esteve aí; em crise, mas no comando.

Neste sentido, o que está no centro é o conceito de “hegemonia”; “hegemonia” e “crise de hegemonia” daquele bloco que começou a erodir nos anos 70. Uma crise de hegemonia que exige o conceito de “guerra de posição”; o que temos é um longo processo de guerra de posição, de “disputa de hegemonia” e o fato de que, nessa longa crise de hegemonia, não se constituiu um bloco histórico estável – e nos encontramos hoje no bojo dessa batalha.

Creio que a inadequação das interpretações de Chico de Oliveira e Carlos Nelson Coutinho se encontrava em não salientar suficientemente o fato de que nos encontramos no âmago de uma “crise orgânica”, isto é, a crise de um sistema de dominação baseado no que Jessé Sousa (2015, p. 246) denomina sistema de “apartheid [racial e social] excludente”; na expressão indignada desse autor (2015, p. 91): “um tipo de capitalismo tão voraz e selvagem” em que 1% abocanha 70% da riqueza e “reserva pouco mais de 30% para a massa salarial dos outros 200 milhões de brasileiros” (p. 245)¹⁰, no qual “a abissal desigualdade (...) humilha e desumaniza (...) os excluídos sociais que perfazem ainda 30% da população”.

para funções de governo de forças políticas vinculadas aos interesses das classes subalternas sob condições de hegemonia do projeto conservador centrado na elite oligárquica-financeira e classes aliadas próximas. O próprio fenômeno de “transformismo” foi registrado “às avessas”: vimos a transitória e eventual cooptação de quadros dos partidos geralmente associados às classes dominantes dando seu votos para projetos certamente importantes para as classes subalternas, não como vocação, mas por interesse venais, como foi percebido na experiência.

¹⁰Complementando esta informação na configuração do que estamos falando quando nos referimos à “elite” das classes econômica, política, jurídica e midiaticamente dominante gostaria incorporar as seguintes precisões, embora usando fontes secundárias. 1) Segundo matéria aparecida na revista Carta capital (2014): “O patrimônio das 15 famílias mais ricas do Brasil, segundo lista divulgada pela revista Forbes, é dez vezes maior que a renda de 14 milhões de grupos familiares atendidos pelo programa Bolsa Família. De acordo com a publicação norte-americana, os 15 clãs mais abastados do Brasil concentram uma fortuna de 270 bilhões de reais, cerca de 5% do PIB do País. O Bolsa Família, por sua vez, atendeu 14 milhões de famílias em 2013 com um orçamento de 24 bilhões de reais, equivalentes a 0,5% do PIB”. Este nobre grupo de famílias são as seguintes, segundo a mesma fonte: 1) Marinho, Organizações Globo, US\$ 28,9 bilhões; 2) Safra, Banco Safra, US\$ 20,1 bilhões; 3) Ermírio de Moraes, Grupo Votorantim, US\$ 15,4 bilhões; 4) Moreira Salles, Itaú/Unibanco, US\$ 12,4 bilhões; 5) Camargo, Grupo Camargo Corrêa, US\$ 8 bilhões; 6) Villela, holding Itaúsa, US\$ 5 bilhões; 7) Maggi, Soja, US\$ 4,9 bilhões; 8) Aguiar, Bradesco, US\$ 4,5 bilhões; 9) Batista, JBS, US\$ 4,3 bilhões; 10) Odebrecht, Organização Odebrecht US\$ 3,9 bilhões; 11) Civita, Grupo Abril, US\$ 3,3 bilhões; 12) Setubal, Itaú, US\$ 3,3 bilhões; 13) Igel, Grupo Ultra, US\$ 3,2 bilhões; 14) Marcondes Penido, CCR, US\$ 2,8 bilhões; 15) Feffer, Grupo Suzano, US\$ 2,3 bilhões.

2) Complementado a informação anterior, segundo o Portal G1 (2015): “71 mil brasileiros concentram 22% de toda riqueza; segundo mostram dados da Receita Federal. Esta pequena elite - que corresponde a 0,3% dos declarantes de IR - concentrou, em 2013, 14% da renda total e 21,7% da riqueza, totalizando rendimentos de R\$ 298 bilhões e patrimônio de R\$ 1,2 trilhão. Isso equivale a uma renda média individual anual de R\$ 4,17 milhões e uma riqueza média de R\$ 17 milhões por pessoa. Menos de 1% dos contribuintes concentram cerca de 30% de toda a riqueza declarada em bens e ativos financeiros.”

3) Em relação à posse da terra, segundo a informação elaborada pelo Instituto Socioambiental (2016), 2% dos proprietários controlam quase 50% da área dos imóveis rurais brasileiros.

4) Em termos de concentração da capacidade de formação da opinião pública, como é já conhecido apenas um pequeno número de famílias controlam a mídia: Segundo Informação do Blog Mídia Aberta (2008): em defesa da liberdade de expressão para todos,

Neste sentido, creio que é interessante rememorar a origem do conceito de hegemonia na socialdemocracia russa (ANDERSON, 2002; GRUPPI, 1980), depois desenvolvido por Lênin e Gramsci: ele expressava uma “anomalia”, segundo a expressão de Laclau e Mouffe (2015) a necessidade da classe operária, na revolução democrática (Lênin), colocar-se como direção do processo, avocando para si “tarefas” que eram próprias da burguesia mas que esta classe havia desistido de realizar. No Brasil, o bloco de classes dominantes que emerge da experiência da ditadura, como em todas as outras épocas, foi incapaz de incorporar efetivamente as demandas dos novos grupos sociais emergentes. Nos governos da burguesia neoliberal/conservadora de FHC a desigualdade ficou quase inalterada. A tarefa ficou pendente e foi iniciada em forma “incipiente” pelo “reformismo fraco” dos governos Lula/Dilma, mas fizeram isto, como foi dito, sob as condições da “hegemonia” das classes que sempre dominaram o Brasil.

Creio que na época em que Chico de Oliveira (2006) e Carlos Nelson Coutinho (2008) escreveram seus textos, não se percebia ainda claramente “a totalidade da obra” dos governos petistas antes da ofensiva reacionária, já nos idos de 2013, quando a direita sequestra o sentido das manifestações de junho (como argumenta também Jessé Souza, 2015, p. 249). Uso esse “a totalidade da obra” entre parênteses – que é o argumento da direita para o *impeachment* na falta de crime da presidenta Dilma–, para indicar que efetivamente a tentativa golpista se deve a essa “totalidade da obra” e suas projeções históricas: a capacidade dos governos petistas de produzir esse “reformismo fraco” a partir de maiorias parlamentares transitórias e casuísticas forjadas, muitas vezes seguramente, mediante compra de parlamentares nas diversas formas estabelecidas como corriqueiras e sistemáticas no sistema político que rege o Brasil. Essa “totalidade da obra social” dos governos petistas leva Jessé Souza a afirmar:

Os últimos doze anos de ‘reformismo fraco’, apesar de sua timidez e fraqueza, produziram uma reação sem precedentes em uma das sociedades complexas mais perversas e conservadoras da história moderna. Essa pequena mudança ousou tocar nos mecanismos de exploração e humilhação seculares da classe no Brasil. Daí o ódio enfim expresso sem qualquer pejo nessas últimas eleições. É esse embate entre um projeto de apartheid excludente e outro um pouco mais inclusivo que reflete a história política do Brasil moderno. (Souza, 2015, p. 246)

E continua um pouco adiante

Se existe algum bem na polarização das últimas eleições é que ela mostra os conflitos reais que racham a sociedade contemporânea brasileira: a contradição das classes sociais no projeto de construção de uma

alguns “clãs tradicionais” controlavam a grande mídia no decorrer da última década: “os Abravanel (SBT), (...) os Civita (Editora Abril - Veja), os Frias (Folha de S. Paulo), Levy (Gazeta Mercantil), os Marinho (Organizações Globo), os Mesquita (O Estado de S. Paulo), os Nascimento Brito (Jornal do Brasil) e os Saad (Rede Bandeirantes), Sirotsky (Rede Brasil Sul - RBS)”. Sobre o tema ver também: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (2015) e Intervezes (2009). A recusa dos governos petistas a entrar na questão democratização da mídia – motivada seguramente pelo seu compromisso e suas esperanças no comportamento das elites – foi, possivelmente o mais grosseiro e fatal erro dos governos petistas. Quase imperdoável. Qualquer saída democrática à crise exige colocar um lugar especial para a reforma radical do sistema de comunicação social, capítulo da constituição de 88 absolutamente esquecido por todos os que passaram pelo governo até hoje. Democratizar significa ampliar infinitamente a liberdade de expressão, eliminando os monopólios do “coronelismo mediático” que é uma das bases para o sistema político em crise radical. Esta pequena turma de famílias e grupos econômicos, os “donos do Brasil”, articulam um poderoso bloco de grupos sociais auxiliares que constituem o bloco dominante. Com este grupo, o governo do ex-presidente Lula estabeleceu um mortal romance que não podia terminar senão como terminou, engordando os cofres dos oligarcas e colocando o PT, seus principais dirigentes e o próprio Lula, no paredão de fuzilamento. Não devia saber o PT que é da natureza (de classe) desse grupo a falta de escrúpulos e a traição, como ensinava Esopo, no século VI AC, na fábula do escorpião e a rã?

sociedade para o 20%; e o projeto inclusivo e incipiente de um Brasil para a maioria da população. A segunda abolição da escravatura – hoje não mais de uma raça, mas de uma grande classe de excluídos – (...) é mais atual do que nunca. Esse é o núcleo do modelo alternativo de sociedade para o Brasil moderno. (p. 250)

Esta é a conclusão de um pensador que tem sua origem intelectual em Weber e Bourdieu, não em Marx e Gramsci, mas que nos dá elementos fundamentais para uma análise precisa da situação atual.

Se esta compreensão da “totalidade da obra” é correta, então poderíamos retomar a provocação de Coutinho sobre a “hegemonia da pequena política” e - parafraseando Gramsci quando afirmava (sobre essa forma da política) que, “portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política” -, fazer esta outra provocação inversa: se aquela elevação social de massas foi efetivamente o que afirma Jessé Sousa (e as evidências argumentam a seu favor), foi isto “grande política”? Se efetivamente, através das incontáveis mediações da pequena política na era dos governos petistas para a aprovação de políticas inclusivas, foi suscitada aquela substancial ascensão econômico-social de massa: isto indicaria que, sob certas condições, é possível fazer grande política a partir das práticas pragmáticas da pequena política? Não seria essa relação parte da dialética entre ambas as formas, embora não tenha sido assinalada por Gramsci?

Quando tentamos perceber essa “totalidade da obra”, seja a partir dos dados empíricos, seja com obras como a de Jessé Souza, seja como interpretação da resposta de massas à criminalização de Lula, do PT e dos governos petistas, as coisas mudam de cor. Uma coisa notável na conjuntura hoje, para qualquer analista, é a própria existência e a magnitude da reação popular que chegou de certa forma a *equilibrar* o jogo de uma partida que as forças da reação conservadora consideravam absolutamente ganha. Uma enorme manifestação de “consentimento ativo”, de “vontade coletiva” de caráter popular, a contrapelo da monumental campanha sistêmica do *poder real* re-apropriando-se, mediante o estado de exceção, do poder político.

Seja qual for a interpretação dada e qual a solução parcial que resulte nestes dias, a encruzilhada está desenhada:

- a) teremos necessariamente muitos anos de conflito social intensíssimo no Brasil entre dois projetos antagônicos de país hoje plenamente estabelecidos;
- b) ou se avança na direção de uma ampliação do “reformismo fraco” da era petista, e isso implicará uma alteração das forças políticas vinculadas a esse projeto;
- c) ou se recua a patamares anteriores, cujo limite será apenas a capacidade de luta das classes subalternas.

O “mito do povo brasileiro” e o “novo povo brasileiro”

Se, como indicamos no início, o bloco nacional desenvolvimentista precisava fazer-se simbolicamente universal e, nesse sentido, a invenção de um mítico “povo brasileiro” lhe foi funcional, essa construção simbólica entra em crise junto com o bloco histórico do qual era instrumento e se inicia o longo processo de constituição de um “novo povo brasileiro”.

Obviamente não pretendo aqui realizar uma discussão em torno do papel do mito, sobre o qual, no âmbito da teoria política, poderíamos legitimamente invocar Gramsci. Para meu objetivo liminar neste texto é suficiente apenas mobilizar o texto de Jessé Souza (2015, p. 39-40) em relação ao “mito nacional”, no sentido de assinalar que se “o objetivo de um ‘mito nacional’ é criar um elo comum entre os nacionais, ainda

que seja produto da fantasia” e o bloco histórico nacional desenvolvimentista precisava criar uma unidade simbólica da “nação brasileira”, fez isto mediante o “mito do povo brasileiro”. Esse mito foi criado, segundo a posição de Souza, a partir das teses de Gilberto Freire e desenvolvido por diversas vias, em torno do “povo mestiço” convivendo em harmonia, do “homem cordial”, etc. Sobre a origem desse mito, deixemos novamente, por razões de economia, falar o texto:

...[Gilberto] Freyre fundou, efetivamente, a forma dominante como o Brasil contemporâneo percebe a si mesmo, não apenas neste "romance da identidade nacional" chamado *Casa-grande & senzala*, mas em toda a sua obra. Ainda que os temas recorrentes usados na imagem da "identidade" do brasileiro, como "o encontro de raças", sejam tão velhos quanto a Independência do Brasil - José Bonifácio já percebia a necessidade prática de se criar uma fonte de solidariedade social, além do poder local e pessoal dos donos de terra e gente, ou seja, a partir de um "mito nacional" para a jovem nação que se constituía - foi apenas quando Freyre inverteu a fórmula "racista científica", que condenava a nação de mestiços a um futuro sombrio, que a "identidade nacional" passou a ser um elemento de extraordinário sucesso, tomando corações e mentes de brasileiros de norte a sul. Foi Freyre, portanto, quem construiu o “vínculo afetivo” do brasileiro com uma ideia de Brasil, em alguma medida, pelo menos, "positiva", com a qual a nação e seus indivíduos podiam se identificar e se autolegitimar.

Na direção do que nos interessa fundamentalmente neste texto, “a solda simbólica do bloco histórico” nacional-desenvolvimentista, afirma Souza:

Essa ideia caiu "como uma luva" nos interesses de arregimentação política do governo industrializante e modernizante de Getúlio Vargas e passou, como política de Estado, a ser ensinada nas escolas e cantada em prosa e verso como fundamento da "unidade morena" da nação brasileira. Afinal, a miscigenação racial funcionava como "reductor de todas as diferenças", especialmente das de classe social e prestígio, além de permitir uma associação "espontânea" com ideias como "calor humano", hospitalidade, sensualidade, cordialidade e todas as qualidades ambigualmente "pré-modernas" que hoje são patrimônio afetivo de todo brasileiro. Essa ideia é hoje, portanto, "evidência não passível de discussão", tornada uma "segunda natureza" e vinculada à identidade individual de todo brasileiro que se imagina incorporar virtualidades do comportamento humano que só existiriam por estas bandas tropicais. (p. 29-30)

Eu quero trazer aqui essa ideia sobre a construção simbólica do *povo brasileiro* funcional ao bloco nacional-desenvolvimentista e sugerir que essa construção simbólica chegou à sua exaustão no fim dos anos 70; a partir dos anos 80, sobre as novas bases demográficas e sociais, inicia-se um complexo processo de refundação do povo brasileiro.

A “estratégia espontânea do êxodo” das massas excluídas do campo as leva a somar-se às classes trabalhadoras urbanas, modificando-as significativamente mas sem, em conjunto, encontrar representação. Essa representação começa a construir-se no fim dos anos 70, quando essa nova massa subalterna começa a se auto-identificar na construção de novas instituições: vinculadas às lutas por moradia, às lutas da classe operária do ABC paulista, ao partido dos trabalhadores, à CUT; no campo, o movimento dos trabalhadores sem terra, nas cidades os movimentos dos trabalhadores sem teto. Enfim, uma série de instituições que começam a organizar essa auto identificação do “novo povo brasileiro”, processo que na minha avaliação se encontra nos dias de hoje num momento crucial.

~~Neste sentido, eu quero concluir com uma ideia que vem da Teoria do Discurso da Escola de Essex (ou Teoria Política do Discurso)¹¹, e em particular da teorização de Ernesto Laclau (2013; 2011):~~

¹¹O texto seminal deste paradigma teórico se encontra no livro *Hegemonia e estratégia socialista* de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985; edição brasileira: 2015).

é que as identidades coletivas (e a preocupação dele está centrada na ideia de “povo” e a necessidade de, num processo de transformação revolucionária, “constituir um povo”), a constituição do povo como subjetividade ou vontade coletiva (e nesse sentido Laclau é herdeiro da tradição gramsciana) não se realiza, na visão do autor, simplesmente justapondo positivamente elementos identitários. A “costura identitária” que permite fundar uma identidade coletiva precisa, obviamente, da aproximação de diversas subjetividades, individuais e grupais (diversas “posições de sujeito”), possibilitando a formação de “cadeias de equivalência”, dirá Laclau, a partir das demandas parciais que se constituem frente a uma autoridade, um poder, que os subordina. Mas essa justaposição de posições subjetivas é, nesse momento embrionário, mais precisamente um “alinhavado de subjetividades”, não chegando a constituir-se em forma positiva, de modo automático, numa subjetividade coletiva, numa vontade coletiva, num “povo”. A identidade popular se constitui diante da “ameaça”, da negatividade, que impede de fato a constituição dessas identidades parciais que demandam. Diante da ameaça, aquele alinhavado de subjetividade pode “suturar-se” simbolicamente (uma palavra complexa no elenco conceitual laclausiano), pode “soldar-se”, diria Gramsci.

Neste sentido, minha proposta interpretativa é que nós estamos num momento em que o “novo povo brasileiro” – aquele que começa um processo de auto-identificação nos anos 80 –, encontra nos governos Lula, um elemento simbólico de identificação: nos governos e, fundamentalmente, na figura do Lula. Laclau sustenta que esse processo de identificação pode ter a sua síntese numa particularidade que, despindo-se de suas feições particulares (transformando-se num “significante vazio”, na conceituação do autor), projeta-se como representação do todo, “encarna” simbolicamente o conjunto, torna-se “hegemônica”. A particularidade que funde simbolicamente (e politicamente) a cadeia identitária pode ser, evidentemente, um “nome” (“Vargas”, “Perón”, ou outros com menor prestígio, como Hitler ou Mussolini); no caso em pauta, “Lula”. Esse processo de “identificação” – um processo que remete à teorização de Freud, que observa nessa relação uma relação amorosa, libidinal –, não é uma relação de subserviência, de adaptação formal; é uma relação diversa, afetiva, que funde o povo. Penso que essa interpretação não esteja distante do processo que nós estamos vivenciando em relação ao novo povo brasileiro. Neste sentido, a colossal operação de destruição da figura de Lula e das instituições associadas ao seu nome, fundamentalmente o PT, tem a ver com a percepção, por parte da elite dominante, da potencialidade desse processo de construção da nova identidade popular.

Nos momentos da finalização deste texto, chegou pelas redes sociais uma parte da intervenção de Lula na convenção do PT em Natal, em 2 de agosto de 2016. Em razão da relevância dessa intervenção para meu argumento, reproduzo uma parte substancial da mesma:

Vocês estão vendo pela imprensa todo dia; eles já inventaram um apartamento que é meu que não é meu e eu espero que um dia eles me deem o apartamento (...) E eu estou aqui muito tranquilo, porque se eles pensam que vão acabar com Lula, se enganam. **Já foi-se o tempo em que Lula era o Lula; acabou esse tempo. Eu fico olhando aqui e não consigo ver senão... olha quantos Lulas mulheres, olha quantos Lulas homens, olha quantos jovens** (...) Quando eles mataram Tiradentes, eles não só salgaram e esquartejaram Tiradentes como penduraram num poste, para que Tiradentes fosse esquecido. É verdade que eles acabaram com a carne, mas as ideias libertárias de Tiradentes continuaram sobrevoando os ares de oito milhões e meio de quilômetros quadrados...

Hoje, eles não tem que estar mais preocupados com Lula (...) eles tem que estar preocupados é com a senhora [se dirige a uma mulher da plateia], que é mais combativa do que o Lula; eles tem que estar preocupados com os milhões de Lulas que nascem todos os dias neste país (...) Eles tem que saber que esse povo não quer ser mais trouxa; eles tem que saber que esse povo aprendeu a se autogovernar, esse povo deixou

de comer pé de frango e começou a comer peito de frango; esse povo deixou de andar só de ônibus e pode ir pra São Paulo ou pra Paris de avião. Esse povo aprendeu que tem direitos. Este povo hoje aprendeu que pode fazer universidade. Uma menina pobre da periferia pode ser doutora em filosofia, pode ser doutora em medicina, engenharia. (grifos: RB)

“Foi-se o tempo em que Lula era Lula”. Na cadeia discursiva elaborada pelo ex-presidente, “Lula” agora não apenas se encarna em milhares de homens e mulheres (o que não é senão o outro lado da lógica hegemônica descrita por Laclau), mas o seu nome passa a representar esse povo que “não quer ser mais trouxa (...) esse povo [que] aprendeu a se autogovernar”. Isto significa duas coisas fundamentais em relação ao golpe civil, empresarial-parlamentar-midiático-jurídico que estamos vivenciando: em primeiro lugar, e obviamente, não se trata de um surto moralista da elite que ficou preocupada com a corrupção – em todo caso, uma parte dos serviços políticos envolvidos querem salvar o couro, como foi revelado nas inconfidências de Jucá –; trata-se, fundamentalmente, de breçar e reverter esse processo de identificação, não apenas em relação às eleições de 2018, mas como processo histórico de mais longo fôlego. Nos termos que estamos usando neste texto, trata-se de evitar qualquer tipo de solda que permita fundar um novo bloco histórico. Mas, em segundo lugar, e fundamental: a ameaça externa de retrocesso nas conquistas sociais e democráticas e na entrega do patrimônio nacional que o país está sofrendo pode constituir-se num momento de solda simbólica e política¹², um momento potencialmente de constituição desse povo disperso.

Obviamente, é uma possibilidade que está sob fogo cerrado da reação conservadora, que pretende bloqueá-la e suprimi-la. Da nossa parte, trata-se de um processo que temos a obrigação de potenciar, de ajudar a levar ao fim na criação de uma identidade que permita a efetiva constituição de um novo bloco histórico.

¹²Hoje temos a aproximação das duas frentes sociais e políticas principais surgidas da dinâmica dessa divisão: a Frente Brasil Popular cujo líder indiscutido é Lula e a Frente Povo sem Medo cujo dirigente principal, Guilherme Boulos, é uma figura em ascensão. Esses dois atores políticos – e outros, obviamente, mas estes num lugar de relevância pelo papel de articuladores – que podem ser a base de uma nova subjetividade política transformadora que sustente a luta contra o retrocesso e a expansão do processo de transformação.

Referências Bibliográficas

- ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. *Os direitos da transição e a democracia no Brasil*. Estudos sobre a Justiça de Transição e Teoria da Democracia. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
- AGGIO, Alberto. A revolução passiva como hipótese interpretativa da história latino-americana. Em: AGGIO, Alberto (Org.) Gramsci. A vitalidade de um pensamento. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1998, p.161-176.
- AGGIO, Alberto. e 1999). “Inverter a revolução passiva: uma política democrática para a reforma do Estado”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 abril de 1999. Acessível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs10049911.htm>
- ANDERSON, Perry. “As antinomia de Gramsci”. Em: ANDERSON, Perry. *Afinidades Seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- BIANCHI, Alvaro. “Revolução passiva: o futuro do pretérito”. *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 23, n. 23, p. 34-57, 2006.
- BIANCHI, Álvaro. “Revolução passiva: o pretérito do futuro”. Em: *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 23, n. 23, 2006, p. 34-57.
- BIANCHI, Álvaro. O laboratório de Gramsci. Filosofia, História e Política. São Paulo: Alameda, 2008.
- BLOG MÍDIA ABERTA. *Mídia no Brasil é concentrada e tem poucos “donos”*, 1º de abril de 2008. Acessível em: <http://vilsonjornalista.blogspot.com.br/2008/04/mdia-no-brasil-concentrada-e-tem-poucos.html>.
- BRAGA, Ruy. “Apresentação”. Em: Francisco de Oliveira; Ruy Braga e Cibele Rizek (orgs.). *Hegemonia às avessas*. Economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 7-14.
- BRAGA, Ruy. “Risorgimento, fascismo e americanismo: a dialética da passivação”. Em: DIAS, Edmundo Fernandes (et. al.) *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 167-182.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. Sobre os problemas políticos da transição: classe operária e revolução passiva. Em: Instituto Gramsci. Política e história em Gramsci. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1978, pp. 117-148.
- CARTA CAPITAL. *Patrimônio dos 15 mais ricos supera renda de 14 milhões do Bolsa Família*, 16/05/2014. Acessível em: <http://www.cartacapital.com.br/economia/15-mais-ricos-tem-patrimonio-10-vezes-mais-ricos-que-14-milhoes-do-bolsa-familia-3783.html>
- COUTINHO, Carlos Nelson. “A categorias de Gramsci e a realidade brasileira”. Em: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 103-127.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma?”. Em: *Contra a corrente*. Ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2008, pp. 90-105.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “A hegemonia da pequena política”. Em: *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 29 a 43.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e “imagem do Brasil” em Florestan Fernandes*. 2000. Em: Site Gramsci e o Brasil. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=90>
- DE FELICE, Franco. Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci. Em: Instituto Gramsci. Política e história em Gramsci. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1978, pp. 189-257.
- FERNANDES, Florestan. *A constituição inacabada*. Vias históricas e significado político. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO - FNDC. *Mídia brasileira é controlada por apenas 11 famílias*. 17/09/2015 Acessível em: <http://www.fndc.org.br/noticias/midia-brasileira-e-controlada-por-apenas-11-familias-924625/>
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, V3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978,
- GUIMARÃES, Juarez. “A justiça de transição e os três mitos da transição conservadora”. Em: ABRÃO e GENRO, 2012, pp. 11-16.
- HARDT, Michael; NEGRI, Toni. *Império*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2006 (1º Ed. Inglês: 2000).
- HARDT, Michael; NEGRI, Toni. *Multidão*. Guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005 (1º Ed. Inglês, 2004)
- INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL – ISA. *O que o governo Dilma fez (e não fez) pela reforma agrária?*, 23 de Junho de 2016. Acessível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-pela-reforma-agraria>.

- INTERVOZES. Coletivo Brasil de comunicação social. Filme *Levante a sua voz*, de Pedro Ekman, 2009. Acessível em: <https://vimeo.com/7459748>.
- KANOUSI, Dora; MENA, Javier. *La revolución Pasiva: una lectura de los Cuadernos de la cárcel*. Puebla: Universidad Autónoma de Puebla, 1985.
- LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013 (1º ed. inglês: 2005).
- LACLAU, Ernesto. *Emancipação e Diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, págs. 23-46.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista*. Por uma política democrático-radical. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015 (1º ed. inglês: 1985).
- LULA (Luiz Inácio Lula da Silva). *Discurso 20 de outubro de 2006*. Acessível em: <http://noticias.terra.com.br/eleicoes2006/interna/0,,OI1204114-EI6652,00-Lula+diz+que+nao+fez+nenhuma+revolucao+mas+conseguiu+avancos.html>.
- LULA (Luiz Inácio Lula da Silva). *Discurso na convenção do PT em Natal*, em 2 de agosto de 2016. Acessível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hDJ3cZLS0ko>.
- LULA (Luiz Inácio Lula da Silva). *Discurso proferido na sessão de 22 de setembro de 1988*. DANC de 23 de setembro de 1988, p. 14313-14314. Câmara dos Deputados, Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. Acessível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/constituente-1987-1988/pdf/Luiz%20Inacio%20-%20DISCURSO%20%20REVISADO.pdf>.
- MEIRELLES, Renato; ATHAYDE, Celso. *Um país chamado favela*. São Paulo: Edita Gente, 2014.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio Modernização conservadora e revolução passiva. Em: *As possibilidades da política: ideias para a reforma democrática do Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 270-285.
- OLIVEIRA, Francisco de. “Hegemonia às Avessas”. Em: Francisco de Oliveira; Ruy Braga e Cibele Rizek (orgs.). *Hegemonia às avessas*. Economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 21 a 27.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções do Primeiro Congresso*. São Paulo: Diretório Nacional do PT, 1992.
- PORTAL G1. *71 mil brasileiros concentram 22% de toda riqueza*, 01/08/2015. Acessível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/71-mil-brasileiros-concentram-22-de-toda-riqueza-veja-dados-da-receita.html>.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. *Los usos de Gramsci*. México: Cuadernos de Pasado y Presente, N°54, 1977.
- RIBEIRO JUNIOR, Amaury. *A privatária tucana*. São Paulo: Geração editorial, 2011. (Coleção história agora; v. 5)
- ROUSSEF, Dilma. *Mensagem ao povo brasileiro e ao Senado Federal: A democracia há de vencer*. 16 de agosto de 2016. Acessível em: <http://dilma.com.br/mensagem-ao-povo-brasileiro-e-ao-senado-federal-democracia-ha-de-vencer/>.
- SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira*. Ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.
- STACCONE, Giuseppe. *Gramsci: Bloco histórico e Hegemonia*. São Paulo: Centro de Pastoral Vergueiro, 1987, págs. 17
- THOMAS, Peter D. *The Gramscian Moment: Philosophy, Hegemony and Marxism*. Leiden: Brill, 2009.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2004. (1º ed. 1997)
- VOZA, Pasquale. *Voce “Rivoluzione Passiva”*. Em: LIGUORI, Guido; VOZA; Pasquale (org.). *Dizionario gramsciano*. Roma Carocci editore, 2009, p. 724-728.

Recebido em 23 de novembro de 2016

Aceito em 03 de dezembro de 2016

Editado em 15 de dezembro de 2016